



Artigo

[Cadernos] PPG-AU
FAUFBA

Bloco 2

Corpos, gêneros, sexualidades e cidades: perspectivas
interseccionais e experiências metodológicas

Práxis Arquitetônica e Corpos Desviantes

Jaime Solares Carmona

Universidade Yale

Práxis Arquitetônica e Corpos Desviantes

Resumo:

O texto é a transcrição da fala do autor na Mesa "A Arquitetura, o urbanismo e a cidade lidos pelo corpo sexuado" do Colóquio Cidades Sexuadas. Jaime Solares Carmona reflete sobre práticas coletiva de resistência da população LGBTQIAPN+ no Largo do Arouche, em São Paulo, contra processos de gentrificação e higienização, enquanto caminhos para a preservação da memória dissidente e combate ao apagamento social promovido pelo mercado imobiliário e Estado.

Palavras-chave: Gentrificação; Higienização social; Resistência LGBTQIAPN+.

Praxis Arquitectónica y Cuerpos Desviados

Resumen:

Este texto es una transcripción de la intervención del autor en el panel "Arquitectura, Urbanismo y la Ciudad desde la Lectura del Cuerpo Sexuado" del Coloquio "Ciudades Sexuadas". Jaime Solares Carmona reflexiona sobre las prácticas de resistencia colectiva de la población LGBTQIAPN+ en Largo do Arouche, en São Paulo, contra los procesos de gentrificación y saneamiento, como vías para preservar la memoria disidente y combatir el borrado social promovido por el mercado inmobiliario y el Estado.

Palabras clave: Gentrificación; Limpieza social; Resistencia LGBTQIAPN+.

Architectural Praxis and Deviant Bodies

Abstract:

This text is a transcription of the author's speech at the panel "Architecture, Urbanism, and the city as read by the sexed body" of the "Sexed Cities" Colloquium. Jaime Solares Carmona reflects on collective resistance practices of the LGBTQIAPN+ population in Largo do Arouche against gentrification and social cleansing processes in São Paulo, as paths to preserving dissident memory and combating the social erasure promoted by the real estate market and the State.

Keywords: Gentrification; Social cleansing; LGBTQIAPN+ resistance.

O que gostaria de propor nesta apresentação parte de uma dificuldade que tenho encontrado, talvez de maneira difusa: como conseguimos operar a partir das categorias e discussões trazidas nas pesquisas aqui apresentadas (e em tantas outras)? Ou seja, como pensar a partir ou por meio da arquitetura e do urbanismo em sua disciplinaridade?

No meu mestrado, dediquei-me bastante ao campo teórico. No entanto, em paralelo e até antes de iniciar a pós-graduação, já atuava como pesquisador-militante na área central de São Paulo: primeiro discutindo o Minhocão e, depois, o Largo do Arouche.

Estou há mais ou menos sete anos ligado, direta ou indiretamente, a três ações que discutirei a seguir. Acredito que elas sejam as que melhor ilustram, hoje na cidade, as dificuldades dessa operação intersemiótica e interdisciplinar. Vou discutir: o dossiê “Minhocão contra Gentrificação”, desenvolvido entre 2015 e 2019; a ação coletiva “Arquitetura como Ativismo Social”, via Frente de Proteção da Diversidade do Arouche, que teve seu auge entre 2016 e 2017, estendendo-se até 2019; e, por fim, o MONA (Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIAPN+), iniciado em 2021 e com finalização prevista para 2022.

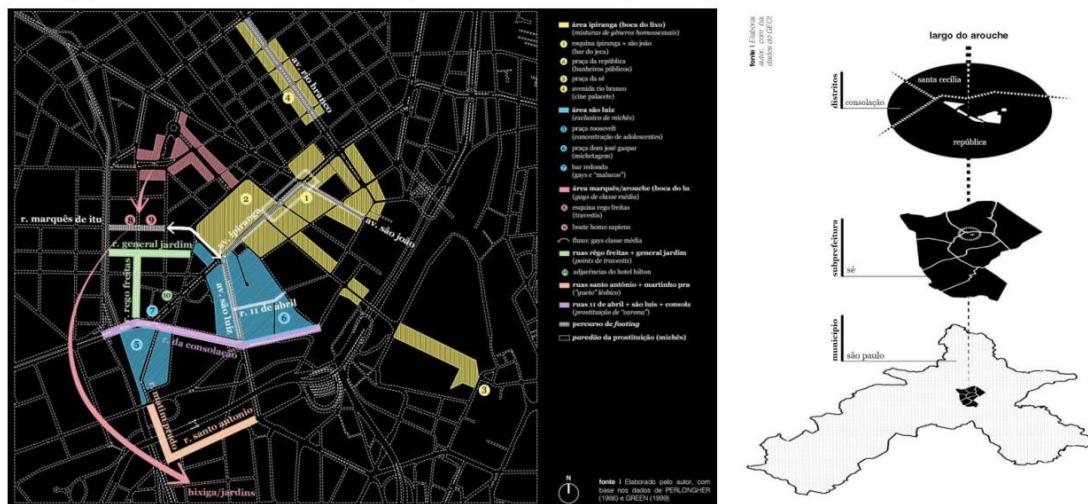
Resgatando a literatura — desde os anos 1950, segundo Néstor Perlongher (1987) e José Barbosa da Silva (2005) —, localizamos o Largo do Arouche (Figura 1), além de outras regiões do centro de São Paulo (como a República, a Avenida São João e o cruzamento Ipiranga com São João), como uma territorialidade ocupada por corpos sexualmente desviantes. Embora existam variações e formas distintas de ocupação, o Arouche sempre esteve centralizado nessa discussão. Eu hesitei em qual imagem usar, tentando evitar o “mapa de cima para baixo”, mas ele tem sua utilidade. Como diz Henri Lefebvre, devemos repensar as formas racionais de representação, o que não significa eliminá-las. Este mapa,¹ desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Fernando Contarim (2018), ilustra bem a relação entre a região historicamente central e o Largo do Arouche.

Percebemos, por exemplo, o cruzamento da São João com a Ipiranga. Na pesquisa, verificamos a presença de diversas saunas e cinemas. Na verdade, notamos uma passagem ao longo do tempo comum à maioria das metrópoles mundiais: uma ocupação histórica da região central seguida pela saída dessa população, acarretando na redu-

1 Imagem generosamente cedida pelo autor Fernando Abdo Contarim.

ção da renda média de quem permanece. Isso está ligado às chamadas “práticas desviantes” — uso de drogas, práticas homossexuais, prostituição, entre outros - e à atração de imigrantes.

Figura 1. Mapa da área do Largo do Arouche, em São Paulo - SP. Fonte: Fernando Contarim (2018).



O que ocorre a partir dos anos 2000, seguindo a lógica de várias cidades, é um “retorno ao centro”. Contudo, é perigoso associar esses projetos a um sentido de “revitalização”. O mercado imobiliário usa muito esse termo, mas ele é problemático, pois pressupõe que o que existe lá hoje “não é vida” ou não é digno de acesso à cidadania, uma discussão muito presente em Judith Butler (2019). Portanto, não se trata de revitalizar, mas talvez de requalificar, o que seria um termo mais preciso. Ao usar “revitalização”, parte-se da premissa de que a população em situação de rua, pessoas trans e travestis não são vidas que merecem ser vividas.

Um breve histórico sobre o Largo do Arouche: ele existe oficialmente desde 1913, com o processo de parcelamento do solo. Nos anos 1950, consolida-se a presença do público homossexual, principalmente masculino. Já existia então a separação entre a “Boca de Luxo” (ocupada por gays de maior renda, especialmente ao redor do Arouche) e a “Boca do Lixo” (população negra, pobre e imigrantes na República e Campos Elíseos, estigmatizados até hoje). Em 1960, inaugura-se o primeiro “bar gay” do país, o Caneca de Prata.

Durante a ditadura civil-militar, conforme pesquisa de Renan Quinalha e James Green (2014), houve um processo de “saneamento moral” do espaço público através da Operação Limpeza. O interessante é perceber que essa operação não termina com a ditadura; ela continua na redemocratização por meio da Operação Tarântula (Figura 2).

Esta, muito famosa, ligava-se a um processo higienista de expulsão de corpos vistos como “risco à saúde pública”, associando de forma vexatória a população LGBTQI-APN+ ao HIV/AIDS nos anos 1980.

Figura 2. Notícias sobre a Operação Tarântula, em São Paulo - SP. Fonte: Folha de São Paulo (1987)



Ainda assim — usando o termo com muitas aspas — tivemos a nossa “Stonewall brasileira”: a primeira revolta organizada da população LGBTQIAPN+ ocorrida em 1983 no Ferro’s Bar (próximo à Praça Roosevelt), liderada por mulheres lésbicas. Além disso, houve a primeira passeata “GLS” de São Paulo em frente ao Teatro Municipal. Os anos 1980 são fundamentais para entender como o espaço público rejeita, mas também oferece possibilidade de resistência aos processos de higienização.

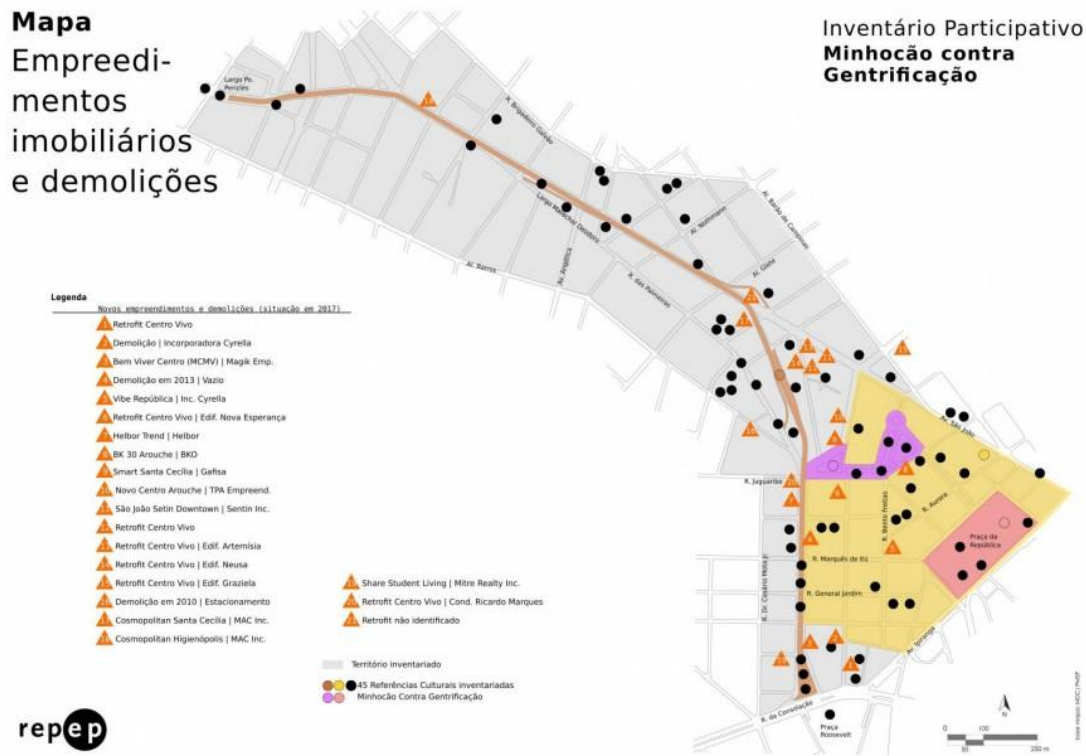
A partir dos anos 2000, ocorre um processo de gentrificação e, em 2016, é criado o Coletivo Aroucheanos. Em 2017, o então prefeito João Dória lançou uma campanha publicitária para renomear regiões da cidade, com base numa ascendência considerada “mais nobre”. O Largo do Arouche, por seu traçado haussmanniano, seria a Petit Paris — um apagamento absoluto da ocupação LGBTQIAPN+. O Brás, por exemplo, devido a uma imigração recente de coreanos, viraria Nova Seul, e assim por diante.

Um pouco antes, a partir de 2006, a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) anunciou a demolição do Minhocão. Embora não tenha ocorrido, o anúncio ativou o mercado imobiliário, que funciona com base na especulação. Ao projetar a troca de um elevado (associado a barulho, sujeira e população de rua) por um grande boulevard, o mercado volta a olhar para o centro com interesse.

Esse processo de gentrificação é o enobrecimento das regiões centrais com a consequente expulsão da população mais pobre. Hoje, essa expulsão se dá menos por ações policiais diretas (embora visíveis na Cracolândia) e mais por mecanismos indiretos de valorização da terra e dos serviços. O mercadinho popular vira um supermercado Extra Mini; surgem lançamentos imobiliários (estudados na dissertação de Bruno Pucinelli (2017)) com publicidade direcionada ao público gay: casais homoafetivos, brancos,

ricos, com cachorrinhos, que buscam uma área descolada onde não precisam de carro (Figura 3).

Figura 3. Levantamento realizado na área do Minhocão, em São Paulo - SP. Fonte: Inventário Participativo Minhocão contra Gentrificação (2016).

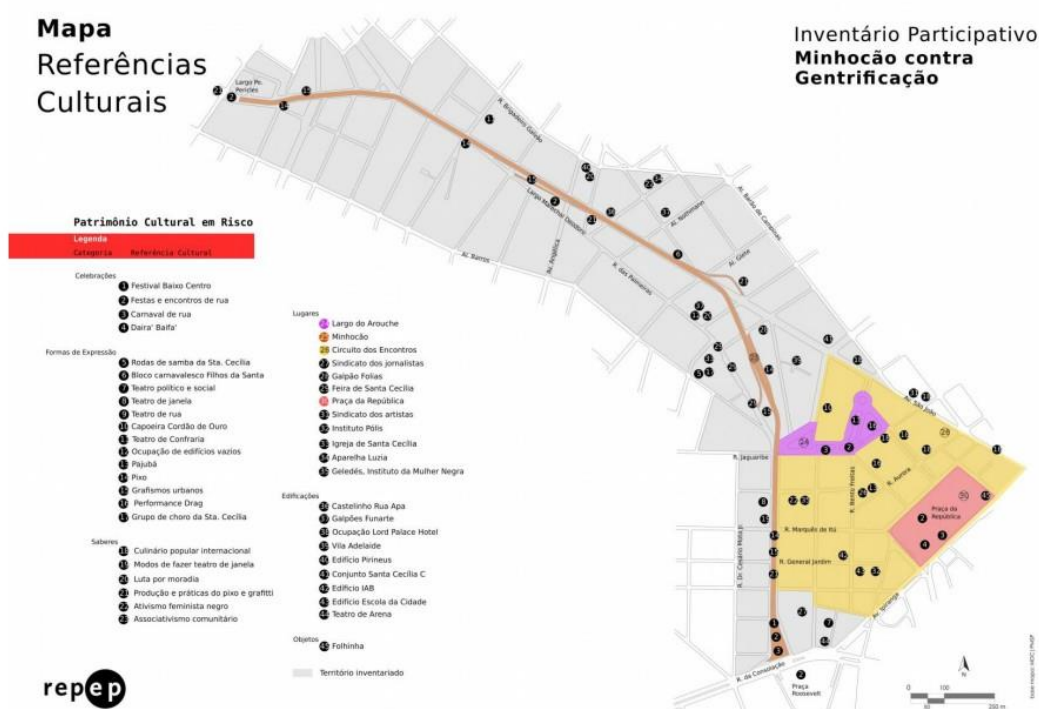


Daí surge o termo “gaytrificação”. Ou seja, dentro do grupo LGBTQIAPN+ é necessário fazer recortes de classe, raça etc. Há o estímulo ao retorno de uma população gay masculina, branca e rica para a região do Largo do Arouche, o que acarreta a expulsão da população negra e de imigrantes que ocupam a rua. Um relato emblemático foi o de um colega num bar “descolado” do Arouche (chamando Sputnik), que presenciou um homem gay branco reclamando do barulho que as “bichas pretas” faziam no largo — o espaço público gratuito que lhes era possível.

O inventário que desenvolvemos na Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP) utilizou, em 2016, o método de inventário participativo do IPHAN. O objetivo foi identificar referências culturais ameaçadas pelos processos de gentrificação. Paradoxalmente, o “lado positivo” do empobrecimento e da perda de investimento público no centro nas décadas anteriores foi permitir que uma população marginalizada morasse lá, com acesso à infraestrutura e a trabalho a baixo custo. Agora, elas perdem isso. Um exemplo concreto: muitas prostitutas que trabalhavam na Rua Pedro Freitas moravam no centro; agora moram na Zona Sul, o que leva de uma a duas horas de ônibus para chegar ao local de trabalho.

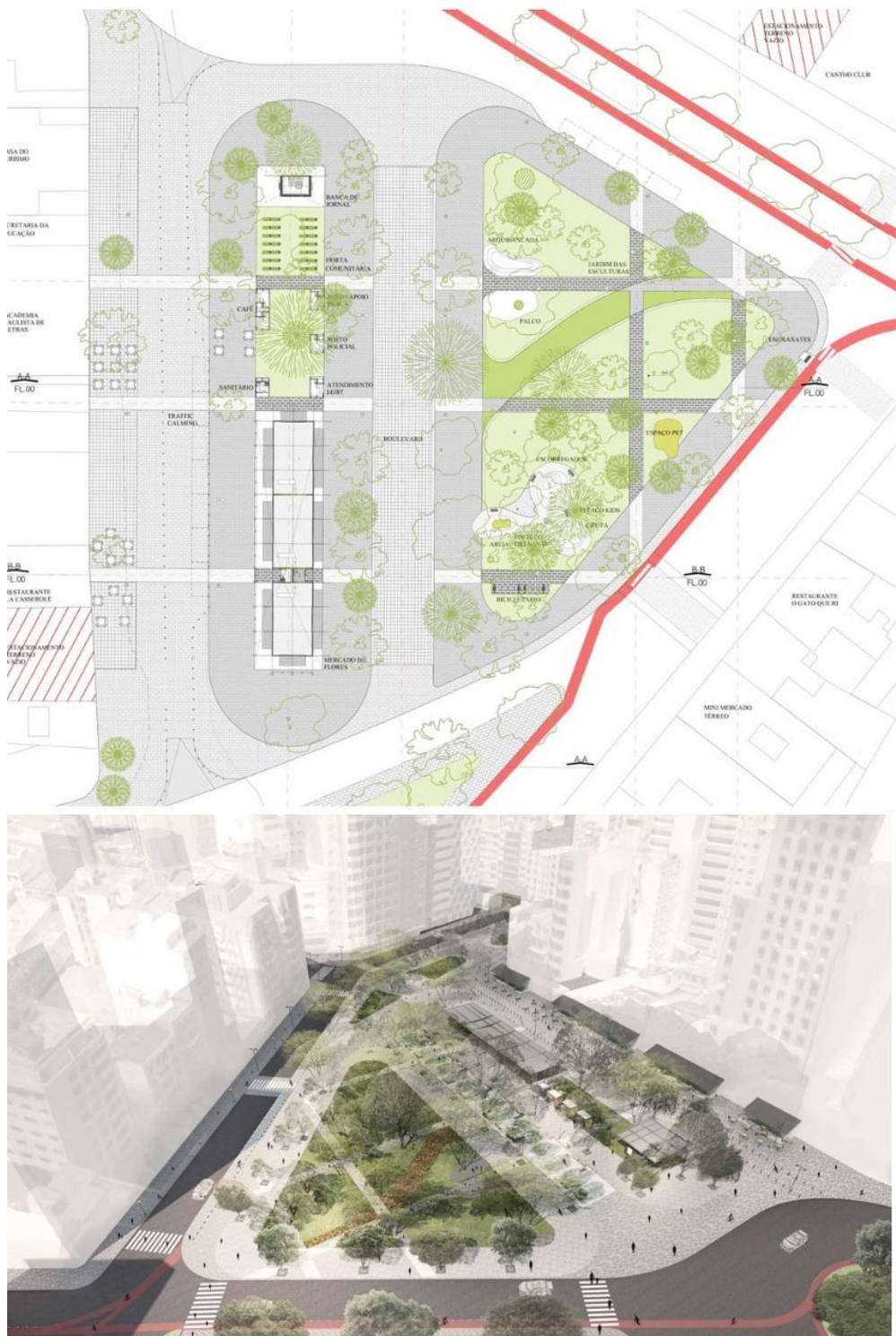
Utilizamos o método da mandala para setorizar referências culturais (expressões, saberes, lugares). Enquanto as campanhas publicitárias vendem o Minhocão como uma *High Line* nova-iorquina, nós identificamos o “Circuito dos Encontros”: uma rede de clubes, bares, lojas especializadas (como ateliês de *drag* ou lojas de lingerie para pessoas trans) que constitui um patrimônio em rede (Figura 4).

Figura 4. Levantamento das referências culturais na área do Minhocão, em São Paulo - SP. Fonte: Inventário Participativo Minhocão contra Gentrificação (2016).



A segunda ação foi a organização da Frente de Proteção à Diversidade do Arouche em 2016, em reação à fala do prefeito João Dória e ao projeto do famoso escritório *Triptyque* (Figura 5). Entendíamos que qualquer projeto ali deveria ser participativo, contudo o projeto do *Triptyque* ignorou as demandas LGBTQIAPN+. Estive frente a frente com eles e as premissas projetuais eram, para mim, escandalosas.

Figura 5. Imagens do projeto concebido pelo escritório franco-brasileiro. Fonte: Triptyque Architecture (2017).

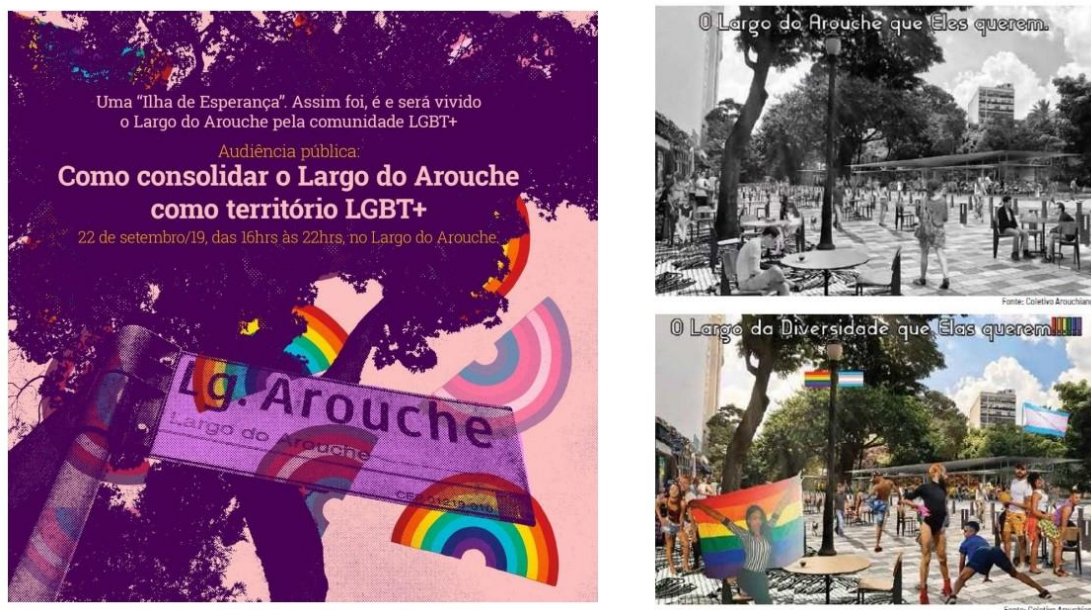


Com uma racionalidade avassaladora (branca, cis, patriarcal), eles propuseram zonear o largo, criando um “Jardim das Esculturas”, retirando obras históricas (como a de Luiz Gama e Brecheret) de suas posições originais. O programa incluía um café, “espaço

kids” e “espaço pets”, transformando o Arouche numa mini Disney, sem sentido para a lógica de uso local. Na via central, usada para a práticas da Gaymada e festas, propuseram um piso pixelado com formato de guaimbê - uma tentativa superficial de um escritório francês de parecer “brasileiro”.

Além disso, focaram o projeto apenas na parte maior e mais “nobre” do largo, descartando a parte mais estreita, ignorando a continuidade do espaço público. Nos *renders* do projeto, viam-se apenas pessoas brancas e europeias tomando café. O coletivo Aroucheanos reagiu com montagens a partir do material divulgado pelo escritório estrangeiro, denunciando que aquelas pessoas não representavam o Arouche (Figura 6). Conseguimos organizar uma audiência pública e tirar encaminhamentos, mas houve resistência do governo. No fim, a reforma aconteceu de forma catastrófica, com orçamento reduzido, o que resultou em intervenções mínimas e irrelevantes.

Figura 6. Fragmentos das ações desenvolvidas pelo coletivo Aroucheanos. Fonte: Coletivo Aroucheanos (2016).



Por fim, o Museu de Ocupação e Narrativas do Arouche LGBTQIA+ - MONA. Embora eu tenha participado apenas no início, é um projeto muito bacana desenvolvido pela REPEP e pelo coletivo. A proposta é ser o primeiro “museu de território”, preservando a memória e valorizando as referências identificadas (Figura 7). Entendemos isso como um instrumento de luta pelo direito à cidade, utilizando o mapeamento e a museificação para levantar questões pertinentes ao debate sobre memória e territórios LGBTQIAPN+.

Figura 7. Fragmentos das estratégias desenvolvidas pelo MONA no Largo do Arouche, São Paulo-SP. Fonte: MONA (2016).



O site do MONA reúne memórias, ações e histórias que merecem ser contadas. Um exemplo fundamental é a relação entre o Largo do Arouche e a Praça da República. Ambos são espaços de frequência LGBTQIAPN+ (incluindo prostituição e a prática do banheiro no espaço público). Ambos tinham banheiros públicos históricos que foram literalmente “enterrados” pelo poder público para impedir o uso por essa população. Essa é uma memória que não existe mais materialmente, mas que deve ser lembrada, pois o programa “banheiro público” é central na discussão de gênero e sexualidade.

Referências

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. São Paulo: Autêntica, 2019.

CONTARIM, Fernando Abdo. **Pisa mais!** Marcando o Arouche como território de memória queer. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo, 1949-1992. **O Negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PUCCINELLI, Bruno. **"Perfeito para você, no centro de São Paulo"**: mercado, conflitos urbanos e homossexualidades na produção da cidade. 2017. 320 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

SILVA, José Fábio Barbosa da. Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário. In: GREEN, James Naylor; TRINDADE, Ronaldo (org.). **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. p. 41-212.

Recebido em: 09/01/2025

Aceito em: 30/05/2025

DOI: 10.9771/ppgaufaufba.v15i0.74466

Como citar: CARMONA, Jayme Solares. Práxis Arquitetônica e Corpos Desviantes. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, v. 15, n. 1, p. 106-117, 2026.



FAUFBA



PPG-AU
FAUFBA

NAPPE

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA
E PRODUÇÃO EDITORIAL